

23.08.2017

Não há Conformidade com conflito de interesses

FUP exige saída de João Elek

Alvo de duras críticas da FUP, desde que assumiu a Diretoria de Governança, Risco e Conformidade da Petrobrás, em 2015, João Adalberto Elek Junior recebeu advertência da Comissão de Ética Pública da Presidência da República por ter violado a lei de conflito de interesses. Contratado a peso de ouro no mercado para ser o xerife que blindaria a companhia de crimes de corrupção, ele contratou para serviços de auditoria e consultoria a empresa onde a filha trabalha, o que configura claramente conflito de interesses.

A notícia foi divulgada pela Revista Exame, que teve acesso ao processo onde Elek foi investigado. A Deloitte, empresa onde a filha dele trabalha, foi contratada pela Petrobrás “SEM LICITAÇÃO, PELO VALOR DE R\$ 25 MILHÕES”, segundo a reportagem. A gestão da petrolífera saiu em defesa do diretor, afirmando que ele “recorrerá nos próximos dias da decisão da Comissão de Ética Pública”.

Em nota aos trabalhadores, a Petrobrás informou ainda que o Conselho de Administração montou uma comissão especial para analisar o caso e concluiu que “não há quaisquer indícios de conflito de interesses”. Um dos argumentos é de que a filha de Elek teria sido admitida pela consultoria antes dele autorizar a contratação da empresa. Esse fato por si só já seria suficiente para inabilitar qualquer possibilidade de contratação da Deloitte.

Se o diretor da área de Conformidade não vê problemas em admitir a própria filha para auditar a Petrobrás, imagine o que mais pode ser permitido por sua diretoria, que tem poderes quase que absolutos para intervir em qualquer área da companhia?

Quando a Petrobrás anunciou em 2014 a criação da Diretoria de Governança, Risco e Conformidade e colocou nas mãos do mercado a indicação de seu titular, a FUP já alertava que o objetivo não era coibir a corrupção e sim enquadrar a gestão da empresa aos interesses privados. Todas as decisões da companhia, por exemplo, passam primeiro pelo crivo do diretor de governança. Ou seja, o mercado tem mais influência e poder sobre a Petrobrás do que o próprio Estado, que é o seu acionista controlador.

É no mínimo preocupante que um diretor com tanto poder esteja legislando em causa própria. A advertência que Elek recebeu da Comissão de Ética Pública da Presidência da República foi muito pouco, pois não tem caráter punitivo. A Comissão de Ética da Petrobrás até agora sequer se posicionou sobre o fato. Por muito menos, a empresa autorizou demissões e suspensões de trabalhadores que não tinham envolvimento em fatos tão graves quanto o dele.

A FUP exige o afastamento imediato de João Elek, que não tem condições éticas, nem morais de continuar na gestão da Petrobrás, muito menos à frente da Diretoria de Governança, Risco e Conformidade.

Nesta quarta-feira, 23, o Conselho de Administração terá uma reunião extraordinária para avaliar o assunto. Os conselheiros tomarão as devidas providências ou continuarão fingindo que não há nada de mais em um diretor contratar a empresa de auditoria onde a própria filha trabalha?